

O PAPEL DO CRÉDITO RURAL NA FORMAÇÃO SOCIAL DE AGRICULTORES ASSENTADOS

Regina Lúcia Paulino da SILVA¹
José Gilberto de SOUZA²

RESUMO: O crédito subsidiado foi um dos principais instrumentos da política agrícola amplamente adotado no Brasil, nos anos 1960/80. A política foi operacionalizada a partir de uma deliberada e sistemática discriminação por produtos, regiões e produtores, ocasionando a intensificação da concentração de terras, disparidades de renda, exploração e expropriação do trabalho vivo e a degradação ambiental. Após insistente luta dos movimentos sociais rurais, o governo criou em 1985 o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA), uma linha de crédito específica para atender os beneficiários da reforma agrária. Tal programa sofreu alterações e em 1996 foi substituído pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) parte do princípio que qualquer ação de desenvolvimento tem por objetivo a construção social e política dos sujeitos. Neste sentido, a pesquisa analisou se a tomada de crédito se constitui em instrumento de formação social dos agricultores ou apenas um elemento técnico produtivo. O trabalho foi desenvolvido junto a 60 famílias do Assentamento 17 de Abril/Restinga/SP que adquiriram crédito para a pecuária de leite no período de 2002 a 2004. Concluiu-se que o crédito rural pode se transformar em instrumento de formação social diante da sua capacidade de alterar as representações sociais e políticas da produção, caso contrário se resumirá num instrumento técnico-produtivo que reforça a individualização e a monetarização das relações no campo.

Palavra-chave: assentamento rural, reforma agrária, crédito rural

THE RURAL CREDIT IN THE SOCIAL FORMATION OF AGRICULTURISTS OF PROJECTS OF AGRARIAN REFORM

ABSTRACT: The subsidiary credit was one of the main instruments of the agricultural policy widely adopted in Brazil, in the 1960/80 years of. The policy was realized from a deliberate and systematic discrimination by products, regions and producers, causing the intensification of the earth concentration, disparities of rent, operation and expropriation of the alive work and the environmental degradation. After the insistent fight of the rural social movements, the Government I believe in 1985 the Special Program of Credit for the Agrarian Reformation (PROCERA), a line of credit specifies to take care of the beneficiaries of the agrarian reform. This program underwent alterations and in 1996 Familiar was replaced by the National Program of Fortification of Agricultural (PRONAF). The movement of laborers agricultural without land (MST) part of the principle that any action of development has by objective the social and political construction of the subjects, with base in that, the investigation analyzed, the rural credit like instrument of social formation of the agriculturists or like productive technical element. The work was developed next to 60 families of Establishment 17 of Abril/Restinga/SP who acquired credit for the cattle one of milk in the period from 2002 to 2004. I conclude that the rural credit can be transformed into instruments of social formation in front of its capacity to alter the social and political representations of production, opposite case will be transformed in a productive technical instrument that reinforces the individualism and the economics of the relations in the field.

Key-word: agricultural nesting, agrarian reform, agricultural credit

¹ Zootecnista. Mestre em Zootecnia pela Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias – Unesp. Campus de Jaboticabal.

² Geógrafo. Professor Adjunto do Departamento de Economia Rural e do Programa de Pós-Graduação em Zootecnia da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias Unesp. Campus de Jaboticabal. Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia – Faculdade de Ciências e Tecnologia – Unesp. Campus de Presidente Prudente.

INTRODUÇÃO

1. Os assentamentos de reforma agrária

O assentamento é uma unidade territorial onde ocorre uma reorganização das relações sociais. Unidade social local de identidade e de pertencimento a partir da vivência de experiências comuns. Seu processo é bastante complexo e a atenção na construção de caminhos metodológicos e analíticos são fundamentais para sua compreensão. “O processo de assentamento como situação empírica permite tantos olhares quanto forem desejados”, conforme assinala Neves (1999), e se constitui em *locus* para o estudo das dinâmicas agrárias, com vistas ao desenvolvimento, considerando a ação do Estado e dos atores locais (BERGAMASCO et al, 1997).

Por sua vez, a mudança no processo de formação concentra-se exatamente a partir da conquista da terra. Neste momento, as questões de individualidade e coletividade se chocam frente à perspectiva de êxito econômico e ao conceito de propriedade privada e a base material na qual assentava a formação coletiva, os acampamentos. O assentamento se distingue do processo de luta pela terra e novas relações sociais são forjadas junto ao movimento social.

Segundo Fabrini (2005), os assentamentos de sem-terra não são apenas lugares dedicados à produção agrícola/pecuária/agroindustrial, mas também o lugar do debate político sobre a conquista da terra e a continuidade articulada das lutas. Os assentamentos são um “campo fértil” para que o ideais se materializarem e as utopias não morram.

Advoga-se, portanto, que esses elementos devem comparecer em todas as ações do movimento, inclusive na decisão e utilização do crédito. Significa dizer, que o processo de luta do movimento social não se estabelece unicamente sob o aspecto de posse da terra, mas da luta ideológica, da constituição de uma práxis que produza e reafirme uma concepção de terra de trabalho e de coletividade.

O órgão do governo responsável pela população assentada no estado de São Paulo é a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”, com o objetivo de viabilizar o desenvolvimento das famílias assentadas por meio da promoção de programas de capacitação e da disponibilização de infra-estrutura, na conversão de “trabalhadores rurais sem terra em agricultores familiares viáveis e auto-sustentáveis”. (ITESP, 2006).

Além destes objetivos, há também a missão, mais difusa, que é a de “levar paz e cidadania ao campo”. A atuação do ITESP pode ser entendida como um assistencialismo velado, onde o discurso do órgão prega o empreendedorismo dos assentados, mas a rotina de seus funcionários confunde-se com a oferta de donativos aos beneficiários e a preparação burocrática de projetos técnicos para acesso ao crédito agrícola.

A hipótese central do trabalho é de que o crédito rural, como instrumento meramente técnico produtivo, não contribui com a formação coletiva dos assentados rurais e reforça os valores da sociedade capitalista no que toca a questão do individualismo e do êxito econômico das famílias e se considera que os movimentos sociais de luta pela terra como o ITESP não atribuem devida importância ao crédito como instrumento estratégico de formação social de agricultores.

1.2. Crédito Agrícola

O setor agrícola tem sido ao longo dos anos objeto de constantes intervenções governamentais, justificadas pela grande instabilidade que o caracteriza, dadas as suas dinâmicas concorrenciais e a dependência produtiva diretamente vinculada às condições climáticas quando os níveis de capitalização são reduzidos.

O crédito subsidiado foi um dos principais instrumentos da política agrícola amplamente adotada no Brasil, em meados da década de 1960 a meados de 1980, cujo modelo deu sustentação ao processo de exclusão no campo.

As políticas adotadas foram operacionalizadas de forma a discriminar produtos, regiões e produtores. Para dimensionar esta “seletividade” basta lembrar que 60% do crédito rural foi aplicado em cinco produtos (soja, café, açúcar/álcool, algodão e trigo) (BERGAMASCO & NORDER, 2003).

Portanto, por consistir em um processo de “modernização sem ruptura”, isto é, uma modernização sem alteração significativa na arcaica distribuição terras e acesso às políticas públicas, gerou “efeitos perversos” no que se refere à concentração fundiária, às disparidades de renda e ao aumento da taxa de exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas, bem como na redução da qualidade de vida da população trabalhadora no campo. (RÊGO, 1993).

Segundo Fabrini (2002) o agricultor patronal até o ano de 2001 concentrou nada menos que 76% do crédito atualmente disponibilizado para financiar a agricultura nacional.

Os pequenos e médios produtores ficaram abandonados à própria sorte, pois o governo não dispunha de nenhuma linha de crédito que atendesse às suas necessidades. Questão viabilizada por meio da organização e luta dos movimentos sociais que pressionaram o governo na criação de uma linha de crédito específica para os beneficiários da reforma agrária: o PROCERA (JORGE & SOUZA, 1998).

O Conselho Monetário Nacional (CMN) propôs a instituição do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA), para realização de financiamento da produção e investimentos produtivos ligado diretamente ao Ministério Extraordinário de Política Fundiária integrado ao Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

Na exposição de motivos se articulava aos objetivos e metas do PNRA. O voto do CMN depreendia a exigência de normas operacionais e recursos específicos de crédito para que se pudesse assegurar a efetiva implantação dos projetos de assentamento. Tais normas e recursos visavam propiciar a formação de novos produtores – individuais ou em formas associativas – devidamente emancipados, capazes de se beneficiar oportunamente dos diferentes instrumentos da política de desenvolvimento rural, inclusive do crédito rural regular, quando organizados e consolidados os assentamentos.

Portanto, o PROCERA propiciava uma linha de assistência creditícia aos beneficiários da política de Reforma Agrária, mediante financiamento de projetos para a estruturação de suas capacidades produtivas e, conseqüentemente, para o aproveitamento econômico eficiente das áreas de assentamentos aprovadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, conduzindo-os às suas devidas emancipações (JORGE & SOUZA, 2003).

Segundo SOUZA & GEBARA (2005) até 1989, o PROCERA havia atendido cerca de 30.000 famílias assentadas em projetos estaduais e federais num volume de US\$ 100 milhões, resultando em promissor aporte econômico para os beneficiários e num clima de grande expectativa para a clientela ainda não atendida. Contudo, em 1990, com as mudanças administrativas introduzidas pelo governo Collor, o programa sofreu numerosos impactos que arrefeceram o ritmo em que vinha se desenvolvendo.

O PROCERA foi um grande potencializador e diferenciador dos assentamentos de reforma agrária e as diversas modalidades destinadas aos assentados permitiam estruturar minimamente suas propriedades, principalmente entre aqueles que não dispunham de nenhum instrumento de trabalho ao serem assentados.

Segundo STÉDILE (2005), em 1996, o governo acabou com PROCERA e criou o PRONAF, para agricultura familiar, o que na teoria ampliaria os recursos para todos os agricultores familiares, incluindo os assentados. A principal conseqüência do fim do PROCERA foi que as famílias assentadas que antes tinham uma linha de crédito especial, uma metodologia e recursos assegurados passaram a ter maiores dificuldades para obtenção de crédito.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF surgiu em 1996, visando “promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda”. Dentre outros entraves, as linhas de crédito rural sempre

estiveram voltadas, prioritariamente, para os então classificados como grandes produtores, exigindo os bancos operadores garantias para acesso ao crédito. Até 1993, não se definia o conceito de “agricultura familiar”, pois o termo não fora utilizado explicitamente como objeto de apoio financeiro por meio do Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR. Posteriormente, a partir dos resultados advindos do convênio FAO/INCRA (1995), caracterizou-se a agricultura familiar por três elementos: gestão familiar, tempo dedicado à unidade produtiva, área do estabelecimento (MATTEI, 2001).

O PRONAF acabou privilegiando os agricultores mais organizados e capitalizados, deixando desamparados àqueles que não possuíam infra-estrutura técnica e produtiva para garantirem que o seu trabalho no campo preenchesse os requisitos para a liberação de financiamentos bancários e os agricultores descapitalizados sem acesso aos empréstimos bancários viam-se ainda barrados pela burocracia do sistema (LEITE, 2004).

O PRONAF de certa forma marca um momento singular na trajetória do processo de intervenção estatal na agricultura e no mundo rural do Brasil. Apesar de avanços no aperfeiçoamento e ampliação do universo de cobertura, o programa permanece ancorado numa ambigüidade básica tanto em termos do público alvo a ser beneficiado quanto aos objetivos essenciais que persegue, onde, na retórica oficial, mesclam-se orientações tipicamente produtivistas com compromissos mais amplos, como a geração de empregos, a inclusão social e o desenvolvimento territorial.

1.3. Pecuária Leiteira Como Atividade Familiar (Carpesina)

Segundo Aleixo e Souza (2000), a atividade leiteira possui grande importância econômica e social, pois apresenta um fluxo de receita regular ao longo do ano e possui um papel importante do ponto de vista da reprodução social dos agricultores, principalmente no que se refere à ocupação da mão-de-obra familiar.

O Censo Agropecuário de 1996 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 1998), revela que do total de 4.859.865 estabelecimentos agropecuários do Brasil, 1.810.041 dedicavam-se, ao menos em parte, à pecuária leiteira. É importante destacar que esse número aglutina todos os produtores, ou seja, os produtores comerciais e aqueles que têm um ou dois animais leiteiros apenas para subsistência. O Brasil caracteriza-se por ser um dos maiores produtores de leite do mundo, no entanto, apresenta um déficit de produção em relação ao consumo.

O mesmo Censo apresenta dados sobre de importância da pecuária leiteira na composição da renda familiar do pequeno produtor rural. No Brasil, 13,3% dos agricultores familiares tem na atividade leiteira sua principal fonte de renda. Na região sudeste nos assentamentos, entre as atividades rurais, a pecuária leiteira é a principal atividade e apresenta estrutura produtiva do tipo familiar (ALEIXO e SOUZA, 2000; ÁLVARES, 2001).

A produção de leite vem ao longo do tempo se transformando e se consolidando como atividade estratégica para a agricultura familiar e para o desenvolvimento local/regional, a ponto de se tornar uma nova “atividade âncora” na composição de renda dos agricultores, além do que a capilaridade da atividade também a torna essencial para dinamizar o comércio local, tanto mais, quanto menores forem os municípios, para recolhimento de ICMS e para a constituição dos índices que definem o retorno de impostos (federais e estaduais).

Além disso, no campo produtivo, a peculiaridade dos sistemas tecnológicos, adotados pela ampla maioria dos produtores, permite sua perfeita adequação aos diferentes fatores de produção familiar. No campo social, com potencial para se estabelecer na quase totalidade das propriedades rurais, pode assegurar a criação de inúmeros postos de trabalho e gerar renda capaz de minimizar os efeitos da seleção/exclusão de atividades tradicionais pelos complexos agroindustriais.

De acordo com Pedroso (2001), os produtores cujo volume de produção é reduzido ressaltaram que a atividade leiteira possibilita o pagamento de pequenos custos cotidianos, como

gás, luz e água. O leite tem permitido que os produtores planejem seus investimentos na atividade agropecuária como um todo, uma vez que representa uma fonte segura de renda mensal e em momentos de secas e geadas, quando se perde toda a plantação, é o leite que permite gerar renda necessária para reinvestir na colheita e recomeçar a plantação.

2. METODOLOGIA

As análises sobre movimentos sociais carregam em si muitas dificuldades de recortes teóricos e metodológicos e adverte-se que a diversidade de contextos locais não permite comparações e recuperações de “fórmulas de sucesso” o que impede uma leitura linear e economicista da questão.

Desta feita, do ponto de vista teórico essa pesquisa utiliza-se de fundamentos crítico-analíticos acerca dos embates que os movimentos sociais enfrentam na condução do projeto de reforma agrária e da sustentabilidade do projeto político de formação coletiva dos assentados (função prático-social) frente ao instrumento de crédito.

Do ponto de vista empírico o recorte se estabelece a partir da aplicação de entrevistas com roteiro semi-estruturados realizados junto a 60 assentados rurais, residentes no Assentamento 17 de Abril, município de Restinga, norte do estado de São Paulo, que obtiveram crédito para o financiamento da produção, no período compreendido entre 2002 e 2004. O instrumento (entrevista) se pautou em dois aspectos fundamentais: a) a visão do assentado sobre o PRONAF, objetivando investigar características formativas e organizativas em função do crédito; b) o projeto técnico produtivo, analisando questões relativas à construção coletiva e produção.

O período de realização da pesquisa foi de março de 2003 a fevereiro de 2005. As 60 entrevistas foram realizadas aleatoriamente entre os assentados que adquiriram crédito para a pecuária leiteira. A metodologia de amostragem adotada é recomendada e atinge 38,2% dos assentados. Tompkin (1967) considera que 50 entrevistados mais 2% do total como significativo para a realização de estudos.

3. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1. O Assentamento 17 de Abril

A fazenda Boa Sorte, situa-se ao norte do estado de São Paulo, a 80 km de Ribeirão Preto, no Km 379 da rodovia Cândido Portinari (SP 334), possui 3025 hectares, fazia parte do sistema de reflorestamento da Companhia Mogiana Estrada de Ferro nas décadas de 40 e 50 do século passado, cumprindo à época exigência federal (ALBUQUERQUE, 2000).

Com a crise do sistema ferroviário nos anos 1970, o governo do estado de São Paulo comprou a companhia Mogiana, além de outras ferrovias que se encontravam na mesma situação e consolidou a FEPASA – Ferrovia Paulista S/A.

Ao passar para as mãos do Estado, a fazenda tornou-se reserva florestal diante da produção de eucaliptos. Em 1999, uma forte onda de privatizações tomou conta do cenário brasileiro e as ferrovias passaram a compor o consórcio da Ferrobán. Em meio ao processo de federalização e privatização, a fazenda Boa Sorte, abandonada, foi ocupada pelos trabalhadores em janeiro de 1998.

A trajetória das famílias até o assentamento se deu a partir de uma forte onda de desemprego ocorrida na cidade de Franca/SP, na segunda metade da década de 1990. O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Calçados e Vestuários de Franca e região, conhecido como Sindicato dos Sapateiros, organizou os trabalhadores desempregados e iniciou discussões em busca de soluções para a crise pela qual estavam passando. Nos meses de novembro/dezembro de 1998, o sindicato e o MST iniciaram o cadastramento das famílias interessadas na luta pela reforma agrária.

Em 1º de janeiro de 1998, ocorreu a ocupação da fazenda, que estava sendo explorada ilegalmente por fazendeiros da região. A ação teve participação de cerca de 200 famílias que após várias situações de ocupação, desocupação e várias liminares de reintegração de posse obtiveram, em setembro de 1998, a conquista definitiva da fazenda Boa Sorte (ALBUQUERQUE, 2000).

O ITESP atuou inicialmente organizando a divisão provisória dos lotes entre as famílias. Após um mês de debate os assentados fundaram uma cooperativa e decidiram em assembléia, que todos colocariam 2,4 hectares de seus lotes para cultivo coletivo e os outros 2,6 hectares restantes seriam para cultivo individual. O ITESP autorizou a retirada da madeira para comercialização e o recurso gerado deveria subsidiar as cestas básicas para todas as famílias, bem como a preparação para o plantio.

A responsabilidade da venda da madeira era da cooperativa criada pelos assentados. Com o passar do tempo, a comercialização do eucalipto tornou-se um negócio lucrativo. O intenso comércio de madeira gerou um clima de desconfiança entre os cooperados, que começaram a levantar dúvidas a forma de condução dos administradores da cooperativa ao ponto de desfazê-la e o MST sofreu uma dissidência, gerando o MLST (Movimento de Libertação dos Sem Terra) no interior do assentamento.

Atualmente o assentamento é constituído por 157 famílias e divide-se em duas agrovilas, uma com forte influência do MST e outra do MLST. Muitos assentados preferiram morar no lote demonstrando o desgaste da organização e da resistência às ações coletivas. Cada lote possui em média 15 hectares. A maioria das famílias, cerca de 90%, possui gado de leite e lavoura branca, ou seja, lavoura de alimentos como feijão arroz, mandioca, entre outros, grande parte possui pequenos animais como suínos e aves.

No geral a condição de vida dos assentados é bastante precária, ou seja, não dispõem de conforto estrutural e econômico. No entanto, na avaliação dos mesmos, a situação é melhor como assentado.

Com relação a condição de moradia, os assentados receberam o crédito habitação no ano de 2004-2005, ou seja, 7 anos após a formação do assentamento. A energia elétrica passou a ser instalada nas agrovilas em 2005 e no ano seguinte junto ao lotes. Salienta-se que as condições básicas de sobrevivência se estabeleceram após anos de assentamento, demonstrando o desinteresse do governo na manutenção e desenvolvimento das famílias.

O processo de diferencial social no assentamento é identificado a partir de lotes bem estruturados com uma produção abundante de alimentos e sem nenhuma produção ou com uma produção de subsistência, caracterizada pela disponibilidade de capital que cada assentado possuía ao entrar na terra e também a experiência com a produção camponesa ou comercial.

Em que pesem essas dificuldades, os dados da pesquisa revelam que os assentados avaliam os serviços oferecidos dentro do assentamento como regulares, ou seja, precisam melhorar, mas contraditoriamente às práticas de isolamento reconhecem que se trata de conquistas de luta e organização social.

3.2. O programa de crédito como política de desenvolvimento social

Os aspectos centrais desta análise estão vinculados ao crédito como instrumento educativo dos agricultores. Pontuando de maneira geral, o quanto o assentado compreendia ou tinha experiência na relação com setores financeiros e qual a percepção desses produtores acerca do processo de tomada de crédito e sua importância na sua organização do assentamento e da estabilidade econômico-financeira das famílias.

A percepção dos agricultores frente as exigências documentais para a obtenção do crédito, segundo dados da Figura 1, demonstram dificuldades com relação a burocracia no processo de concessão do recurso, sendo que 43% afirmaram terem dificuldades de acesso ao crédito e compreensão das exigências e informações.

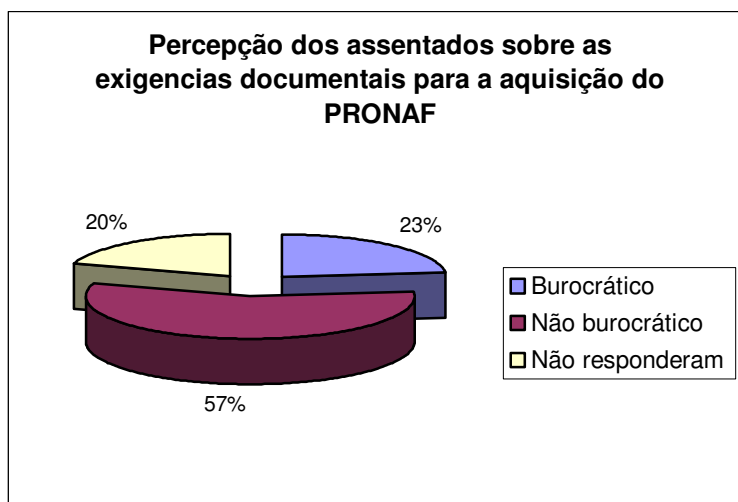


Figura 1. Percepção dos assentados sobre as exigências documentais para aquisição do PRONAF.

Outro aspecto analisado é o crédito como fator de organização coletiva ou individual de produção e a própria visão dos assentados quanto ao trabalho coletivo e em que medida a perspectiva de melhoria nas condições de vida estão associadas às condições individuais ou coletivas no assentamento. Cabe considerar que a tomada de crédito, como fator monetário com finalidade produção e reprodução social dos agricultores (BERGAMASCO & NORDER, 2003) é percebida como ato individual familiar.

A decisão de produzir tem caráter individual, sem organização e reflexão coletiva, sem interferência ou articulação das lideranças dos movimentos sociais (MST/MLST) que permita tratar o crédito como fator de desenvolvimento e fortalecimento da reforma agrária.

Nas discussões com os assentados e na análise dos projetos técnicos verificou-se que 60% dos projetos realizados no período de 2002 à 2004 foram destinados a pecuária leiteira e cerca de 95% dos projetos técnicos foram apresentados de forma individual ao sistema financeiro.

Conforme demonstrado na Figura 2, cerca de 27% dos assentados não possuíam nenhum tipo de experiência na pecuária leiteira e mesmo assim adquiriram crédito para tal atividade. Se por um lado, isto demonstra uma oportunidade de inserção técnico-produtiva ao iniciar-se numa atividade nunca antes praticada, cumprindo assim o papel educativo do crédito, por outro lado, a falta de experiência deveria vir acompanhada por ações e informações para que a criação tivesse bons resultados.

Acompanhamento e orientação que deveriam partir do ITESP e das lideranças e grupos de produção dos movimentos sociais que reconhecem as limitações do órgão público.

Verificou-se ainda que o processo de implementação não foi acompanhado de estratégias de formação técnica e social, neste sentido, tal oportunidade poderia ter sido melhor utilizada na proposição de projetos que envolvessem grupos de produtores que manifestaram interesse no desenvolvimento de atividades para a qual não detinham formação e demandavam por um corpo técnico de orientação.

Por sua vez, a análise dos projetos permite identificar a estruturação de um modelo burocrático que não avalia as especificidades dos assentados. A elaboração técnica não considera elementos fundamentais de viabilização dos projetos, tais como: estrutura produtiva, capacidade de produção, organização, controle e a infra-estrutura, entre outros aspectos. Um processo que caracteriza os projetos como pacotes repetitivos que não cotejam e ou não levam em conta a diferenciação técnica e sócio-produtiva dos assentados.

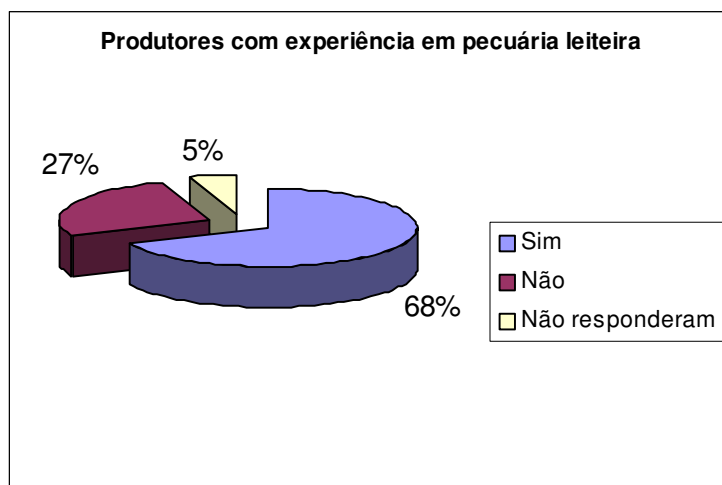


Figura 2 – Produtores com experiência na pecuária de leite

Ao não identificarem as diferenciações sociais, técnicas e produtivas dos assentados se desdobram os equívocos de ações que acarretaram em uma série de erros na condução da criação deixando os produtores desacreditados e endividados frente a liberação e sem suporte financeiro, organizativo e técnico adequados.

Em contraposição às descrições ou justificativas mencionadas nos projetos técnicos, o ITESP apresenta visões técnicas, políticas e sócio-produtivas diferentes dos movimentos sociais, por sua vez, estes não avançam para uma além de uma dimensão discursiva da ação coletiva. O assentamento assim não garante a permanência de espaços coletivos de reflexão e prática, práxis, nos mesmos moldes dos criados e vivenciados nos acampamentos, não sendo possível desempenhar um papel formativo na perspectiva de uma consciência coletiva.

Às novas realidades impõem-se novas práticas, fazeres e leituras sobre essa mesma realidade. Por sua vez a fragmentação crédito-produção-reprodução social é produto de uma certa noção de objetividade e, portanto, uma certa imagem de racionalidade que se torna hegemônica. Uma racionalidade impositiva do ponto de vista do modelo produtivo, do padrão propriedade, produto-tecnologia, produção e rentabilidade, trata-se fundamentalmente da monetização da vida. (SOUZA, 1991).

Neste caso, se observa que novos fazeres ainda que legitimados pelo mecanismo de financiamento e perceptíveis ao grupo social, não se materializam em novas concepções prático-produtivas, sustentáveis, por exemplo, uma vez que os projetos técnicos sejam agrícolas ou pecuários não revelaram tal perspectiva.

Ao abordar o tema desenvolvimento sustentável se fez necessário buscar um significado condizente com a proposta dos movimentos de luta pela terra, portanto, mesmo quando o “discurso do desenvolvimento sustentável” é compreendido a partir de um plano mais geral, ele é visto como parte de um “emaranhado de proposições”.

Assim uma profusão de discursos em favor de uma prática de produção encobre e deixa volátil a noção de sustentabilidade. Segundo Canuto (1998), “se concebemos desenvolvimento sustentável tão-somente como o uso prudente dos recursos hoje para os ricos de amanhã, de qualquer forma salvaguardaremos por algum tempo mais a sustentabilidade ecológica. Mas a exclusão da dimensão social esvazia a própria idéia de desenvolvimento”.

Altieri (1996), aproximando a questão ambiental dos princípios agroecológicos, constata que a proposta de desenvolvimento agrícola sustentável deve levar em consideração os níveis de pobreza rural e a degradação do meio ambiente. O autor assinala que o enfoque agroecológico para o desenvolvimento (rural sustentável) deve englobar, dentre outras, as seguintes formulações: as técnicas agroecológicas devem ser compatíveis com a cultura camponesa, visto que

não questionam sua lógica, mas se baseiam no saber camponês tradicional, combinado com elementos da ciência e da agricultura moderna; as técnicas são ecológicas, uma vez que não tentam modificar ou transformar radicalmente os ecossistemas camponeses, mas tratam de identificar elementos de manejo que, uma vez incorporados, conduzem a uma otimização da unidade de produção.

O autor enfatiza que a verdadeira sustentabilidade será obtida quando os camponeses incrementarem seu acesso a terra, aos recursos, com tecnologia apropriada para manejá-los adequadamente e se organizarem para assegurar o controle dos recursos, um justo acesso aos mercados de insumos e produtos e rendimentos dignos derivados de suas colheitas.

A aceitação por parte dos assentados do 17 de Abril em relação a agroecologia é significativa, 47% acreditam na sua eficácia (Figura 3). No entanto, não foi identificado nenhum tipo de projeto, tanto dos movimentos sociais quanto do ITESP, que visasse aprofundar ainda mais esse conhecimento, propiciando a introdução de experiências agro-ecológicas, evidenciando uma preocupação retórica quanto à questão.

Esta discussão é de extrema importância na construção do ser social desejado pelos movimentos, em especial pelo MST, colocando a necessidade de pensar no bem estar da geração atual e nas futuras rompendo com o discurso eco-tecnocrático, despertando a responsabilidade e a preocupação com o que ainda está por vir, rompendo de uma certa forma com o individualismo presente, além do cuidado necessário com a terra, água, com os recursos disponíveis, contrapondo-se a concepção de mercadoria que se instaura sobre a natureza.

Neste aspecto o próprio Manual de Crédito Rural aponta para a priorização da produção agroecológica nos assentamentos, demonstrando a conveniência de implementação de reflexões e práticas produtivas junto aos assentados, esclarecendo e praticando modelos sustentáveis de produção, considerando 27% dos entrevistados afirmaram desconhecer o que vem a ser o termo sustentabilidade.

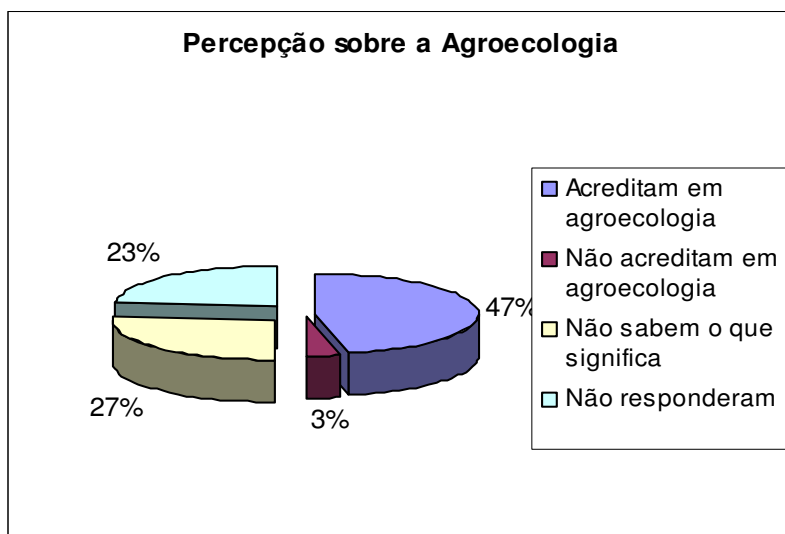


Figura 3 – Percepção sobre Agroecologia

Vale salientar que a educação ambiental deve romper com a perspectiva de receituário de boas maneiras para aplicação de novas tecnologias na agricultura familiar assentada, devendo priorizar, antes de tudo, a formação de uma conscientização agroecológica entre os assentados realçando seus princípios e valores por meio de iniciativas concretas de produção sustentável.

Da mesma forma, novas práticas de produção e uso, se inseridas no campo das ervas medicinais geram benefícios para a sociedade. Em relação a crença na medicina alternativa e uso da

mesma, tem-se uma quantidade significativa de produtores que acreditam ser possível a utilização no tratamento de doenças em humanos e animais (Figura 4).

Os assentados costumam cultivar nos arredores das casas plantas medicinais. Trata-se de um conhecimento adquirido aos longo de suas existências que revelam as formas de manuseio e uso. Nos assentamentos estas práticas são muito comuns.

Assim, se de um lado a medicina alternativa se coloca como uma resposta à ausência de políticas públicas na área de saúde, por outro, permite o resgate da cultura camponesa. A valorização do conhecimento popular, a identidade cultural e a redução do grau de dependência aos produtos industrializados, alterando o padrão do consumo intermediário.

Segundo Claval (apud BELEDELLI & MEDEIROS, 2005) a cultura é a soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas e em outra escala, pelo conjunto dos grupos de que fazem parte. A cultura é herança transmitida de uma geração a outra. Ela tem suas raízes no passado longínquo, que mergulha no território de seus antepassados e se realiza no presente, não se trata, portanto, de um conjunto fechado e imutável de técnicas e comportamentos.

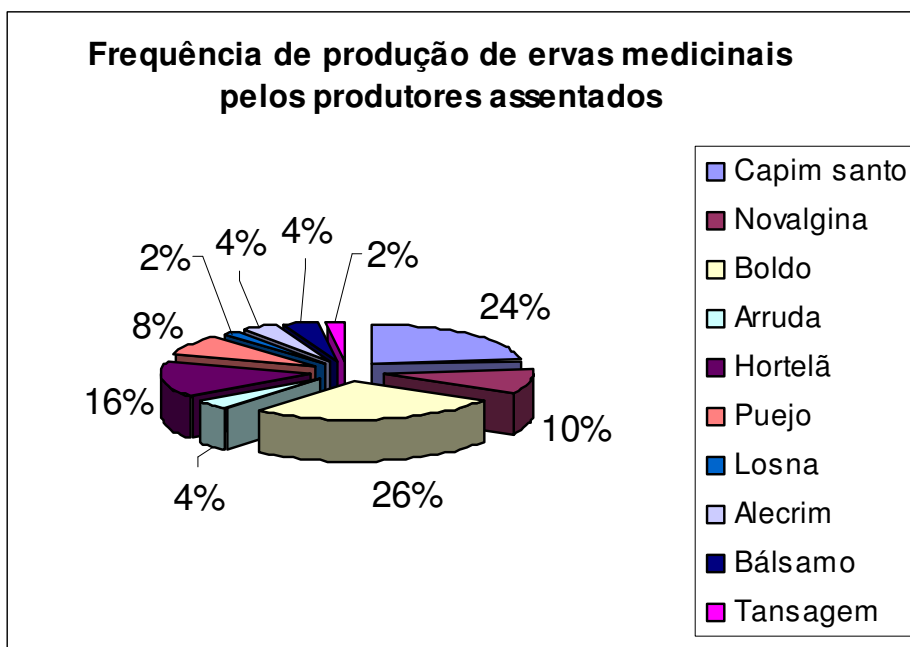


Figura 4 – Frequência de produção de ervas medicinais pelos produtores assentados

Na formação social dos assentados a questão do trabalho coletivo e a construção de experiências nesse campo são fundamentais para a sua consolidação e na elaboração de novas leituras sobre as formas de organização da sociedade como um todo.

Verificou-se que ao longo do processo, em que pese sua celeridade, as práticas coletivas realizadas desde o acampamento têm grande importância na formação social dos assentados. A perspectiva do crédito no trabalho coletivo (Figura 5) se coaduna com o próprio instrumento onde há o reconhecimento tácito de sua importância no desenvolvimento dos assentados (BACEN, 2007).

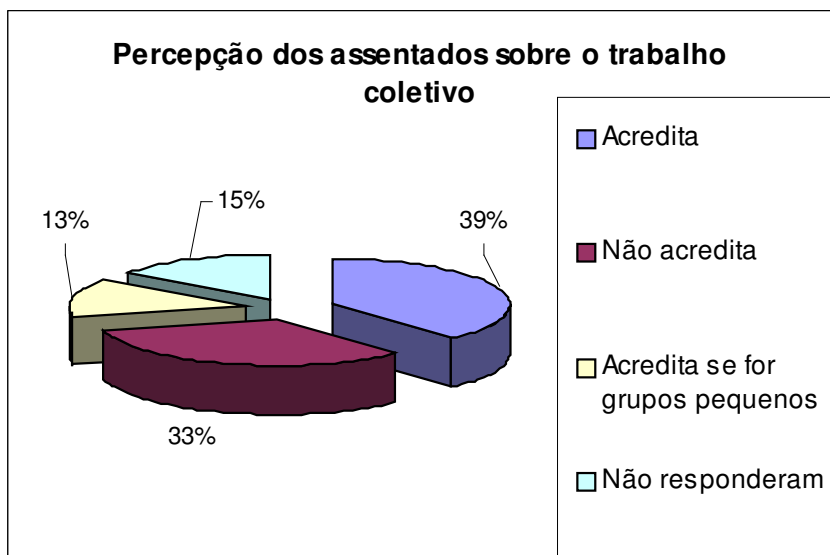


Figura 5 - Percepção dos assentados sobre o trabalho coletivo

Dos assentados entrevistados 39% (Figura 5) afirmaram acreditar que por meio da cooperação alcança-se o desenvolvimento econômico e social das famílias; 13 % afirmaram que acreditam na cooperação desde que envolva um número reduzido de pessoas e que tenham afinidades para evitar desgastes nos relacionamentos; 33% não aceitam em hipótese alguma a cooperação.

Denota-se que as experiências coletivas de luta e conquistas da terra não foram suficientes despertar a importância da coletividade, ou seja, os movimentos de luta pela terra apresentam dificuldades concretas na consolidação do trabalho coletivo dos assentados após a conquista da terra.

A importância do crédito do ponto de vista da percepção dos assentados e sua influência na alteração da qualidade de vida dos sujeitos sociais envolvidos constitui-se no último item analisado. Observou-se que a percepção dos assentados frente ao crédito é a de que este instrumento provocou uma alteração significativa na qualidade de vida de cada um. Esta avaliação é feita baseada em ganhos materiais possíveis a partir do acesso ao crédito.

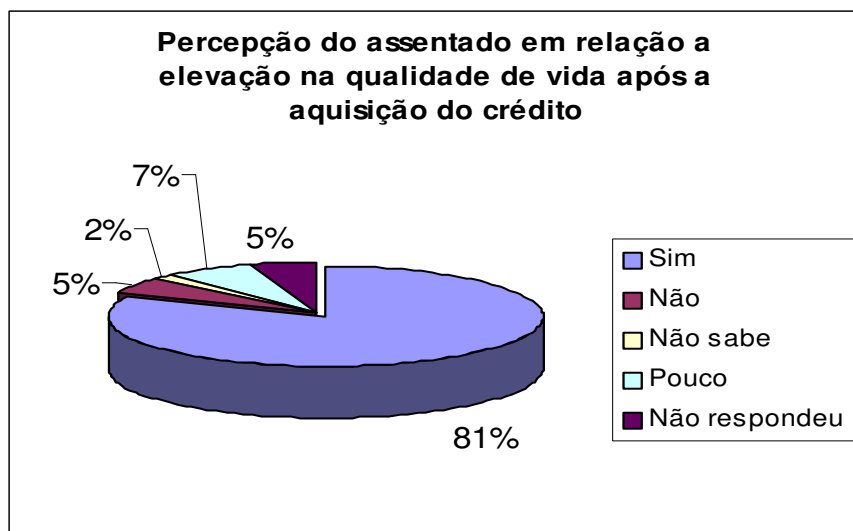


Figura 6. Percepção dos assentados em relação a elevação da qualidade de vida após a aquisição do crédito

No entanto, não existe uma clara consciência dos produtores sobre os ganhos sociais e econômicos que adviriam do trabalho coletivo. Neste processo destaca-se a redução do número de reprodutores, de picadeiras (capineiras), de construções para apartamento de animais, cercas de pastagens, entre outros.

A imposição de formação de associações ou cooperativas deve assim ser substituída por dinâmicas que demonstrassem os resultados mais significativos para todo o assentamento. O movimento de luta pela terra, em especial o MST tem uma grande preocupação em estimular o trabalho coletivo nos assentamentos, muitas vezes tem-se resultados desastrosos por conta da imposição da cooperação considerando que um instrumento e momento importante nesse processo é a tomada do crédito rural.

CONCLUSÃO

O presente trabalho considera o crédito rural como um importante instrumento para formação social dos assentados. As práticas-sociais estabelecidas desde o acampamento até a aquisição do recurso PRONAF são fundamentais na construção coletiva do sujeito apontando que os movimentos de luta pela terra devem dar maior atenção para este instrumento no processo de consolidação do assentamento.

Verificou-se que a ausência de discussão sobre a aquisição do crédito, não rompe com a visão de capital monetário que os assentados possuem em relação ao PRONAF, dificultando a compreensão do crédito como instrumento de avanço da luta camponesa, e de redução do processo de individuação que se fortalece com a posse da terra e atinge outras dimensões e práticas sociais de produção no assentamento.

Apesar de todo este potencial, o crédito rural atualmente se resume em apenas um elemento de ordem técnica-produtiva, reforçando a individuação entre os assentados, deixando de ser uma motivação para a formação social coletiva dos agricultores no conjunto de atividades laborais realizadas nos assentamentos.

Com relação a operacionalização do crédito observou-se que os projetos técnicos, por serem restritivos, reforçam o hiato entre o que o assentado faz para aquisição do crédito e o fim que realmente dá ao recurso, evidencia uma ambigüidade entre o desejável e o realizável, prevalecendo um caráter puramente monetário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, V. O. **Derrubando cercas, conquistando o chão: a luta dos assentados da fazenda Boa Sorte**. Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social. UNESP FRANCA. 2000. 104 p.
- ALEIXO, S. S.; SOUZA, J. G. A pecuária leiteira em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: atividade viável para a agricultura familiar. In: CONGRESSO MUNDIAL DE SOCIOLOGIA RURAL, 10., CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 38., 2000. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: SOBER, 2000. 1 CD-ROM.
- ALTIERI, M. “Uma perspectiva agroecológica para orientar los programas de educación de postgrado en Economía Agrícola y Desarrollo rural em la América latina del siglo XXI”. In: ROMANO, J. e WESSEL, E. (orgs). **La postgraduación en economía y políticas agrícolas y desarrollo rural: curricula y perfil profesional**. Rio de janeiro: Redcapa/EDUR. 1996.
- ALVARES, J.A. Tendências do agronegócio do leite e oportunidades para produção de leite estacional a pasto no Brasil. In: MADALENA, F.E.; MATOS, L.L.; HOLANDA JUNIOR, E.V (Ed.). **Produção de leite e Sociedade**. Belo Horizonte: FEPMVZ, 2001. p.209-241.

- BELEDELLI, S.; MEDEIROS, R. M. V. Assentamento, sua cultura, identidade e organização. In: X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA. São Paulo:USP. **Anais...** São Paulo, 2005. p. 1729-1742, 1 CD-ROM
- BERGAMASCO, S. M. P. P.; BLANC- PAMARD, C.; CHONCHOL, M. E. Por um **Atlas dos assentamentos brasileiros: espaços de pesquisa**. Rio de Janeiro: DL/Brasil, 1997. 48p.
- BERGAMASCO, S. M. P. P.; NORDER, L. A. C. **A alternativa dos assentamentos rurais: organização social, trabalho e política**. São Paulo: Terceira Imagem, 2003. 191p.
- CANUTO, J. C. **Agricultura ecológica e sustentabilidade socioambiental**. **Revista Extensão Rural**. Santa Maria: UFSM. Ano V. n. 5. 1998.
- FABRINI, J. E. As manifestações coletivas e comunitárias como componentes da resistência camponesa. X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA. São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2005. – p. 4690 à 4698. CDROOM.
- FABRINI, J. E. **Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do centro oeste/PR enquanto território de resistência camponesa**. 2002. 294 f. Tese (Doutorado em Geografia) – FCT – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2002.
- FERRARI, D. L. et al. Agricultores familiares, exclusão e desafios para inserção econômica na produção de leite em Santa Catarina. **Informações Econômicas**, v. 35, n. 1, janeiro 2005. São Paulo. Instituto de economia Agrícola (IEA). Série técnica APTA. p. 22-36.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**. Brasília, 1998.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA - **Novo retrato da agricultura familiar**. Brasília, 1993. 66p. (mimeo).
- JORGE, W. J.; SOUZA, J. G. Os programas especiais de financiamento como instrumentos de integração socioeconômica em assentamentos rurais: as intenções e os fatos. In: BERGAMASCO, S. M. P. P.; AUBRÉE, M.; FERRANTE, V. L. S. B. (Coord.). **Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo**. Campinas: FEAGRI/UNICAMP, 2003. p. 187-212.
- LEITE, S. et al. **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. São Paulo: UNESP. p.391. 2004
- MATTEI, L. Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF): concepção, abrangência e limites observados. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 4., 2001, Belém. **Anais...** Belém, 2001.
- NEVES, D. P. Assentamento rural: confluência de formas de inserção social. In: CONGRESSO DE SOCIOLOGIA E ECONOMIA RURAL, 9., Porto Alegre, 1999. **Anais...** Porto Alegre: SOBER, 1999.
- RÊGO, R. M. L. Dilemas da questão agrária brasileira: tem futuro a reforma agrária. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: SEADE, v. 7, n. 3, p. 21-29. 1993.
- SOUZA, J.G. **O Conceito de trabalho no livro didático de geografia**. Presidente Prudente-SP:FCT-Unesp, 1991. 132f. (Monografia de Bacharelado).
- SOUZA, J.G.; JORGE, W.J. **Avaliação PROCERA (1986-1995): Relatório preliminar de São Paulo**. , Jaboicabal: UNESP. 1998. 75p. Apostila.
- _____ ; GEBARA, J.J. Financiamento da produção em assentamentos rurais no Brasil – O Programa especial de crédito para a reforma agrária – PROCERA. In. XLIII CONGRESSO DA SOBER. Ribeirão Preto –SP:FEARP-USP/SOBER. **Anais...** Ribeirão Preto-SP- SOBER, 2005. CDROOM
- STÉDILE, J. P. **Entrevista João Pedro Stédile: líder do MST brasileiro**. Disponível www.carosamigos.terra.com.br/revista/edicoes/ed83/joão. Acesso em 24 jan. 2005.
- TOMPCKIN, J. R. **Estatística e métodos de pesquisa em Ciências Sociais Rurais**. Piracicaba:ESALQ/USP, 1967.